



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

SENHOR PRESIDENTE;  
SENHORES VEREADORES.

PROJETO DE LEI Nº

JUSTIFICATIVA

09.ª Sessão Data 02/04/19

As doudas comissões para parecer.

Presidente

Pretendemos regulamentar uma prática já adotada parcialmente nas ações do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Quando acionado em casos de emergência, prestando os primeiros socorros, o paciente é levado para hospital público onde o paciente possa ter o atendimento necessário. Algumas pessoas têm dúvidas sobre como usar esse serviço, e o enfermo possuir plano de saúde e desejar ser atendido em um hospital particular.

Em princípio o SAMU não se opõe em levar o paciente para o hospital particular. O que acontece, na maioria das vezes, é que esse hospital particular não tem estrutura para receber o doente.

A ambulância básica do SAMU é acionada quando o paciente não corre risco de vida, e possui um técnico de enfermagem e um socorrista para atender o enfermo. Já quando o paciente corre risco de vida, a ambulância acionada é a de suporte avançado, que conta com médico, enfermeiro e socorrista. Ao ser atendido, a equipe médica avalia a gravidade e tem o risco presumido, que pode ser considerado baixo, moderado ou alto risco.

Segundo os princípios da bioética, a autonomia é a capacidade de uma pessoa para decidir fazer ou buscar aquilo que ela julga ser o melhor para si mesma, porém, para que isso ocorra, são necessárias duas condições fundamentais: a capacidade para agir intencionalmente, o que pressupõe compreensão, razão e deliberação para decidir coerentemente entre as alternativas que lhe são apresentadas, e a liberdade de estar livre de qualquer influência controladora para esta tomada de decisão.

Diante do exposto, é que venho submeter à apreciação dos nobres Pares o seguinte:



**ESTABELECE NORMAS PARA O  
SERVIÇO DE ATENDIMENTO  
MÉDICO DE URGÊNCIA – SAMU  
QUANTO A REMOÇÃO DE  
PACIENTES PARA HOSPITAIS  
PRIVADOS E DA OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** - Esta lei regula o atendimento do Serviço de Atendimento Médico de Urgência – SAMU, no que se refere à remoção de pacientes para hospitais privados.

**Art. 2º** - As pessoas socorridas pelo Serviço de Atendimento Médico de Urgência – SAMU terão a opção de serem removidas para hospitais privados do Município de Praia Grande, devendo este fato ser registrado no boletim de ocorrência da equipe de atendimento emergencial.

**Parágrafo 1º** - Para o cumprimento do disposto no caput, o paciente deverá estar consciente e em condições de manifestar sua opção.

**Parágrafo 2º** - No caso de o paciente não apresentar condições de manifestar sua opção, os cônjuges ou companheiros, os parentes em primeiro grau e os colaterais do paciente que comprovarem documentalmente tal condição, poderão fazer a opção.

**Art. 3º** - Para o cumprimento do disposto no artigo 2º, caberá a equipe de atendimento médico de urgência, avaliar o estado físico do paciente, levando em consideração a gravidade do caso e a proximidade do hospital particular indicado.

**Art. 4º** - Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Sala Emancipador Oswaldo Toschi, 02 de abril de 2019.

**CARLOS EDUARDO BARBOSA**

Vereador